

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

RuasInvest Participações S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

RuasInvest Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas	
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Ruas Invest Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ruas Invest Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na sessão a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ruas Invest Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Não reconhecimento de créditos tributários

Conforme divulgado na nota explicativa 7.5 às demonstrações financeiras, em 15 de agosto de 2019, a controlada em conjunto Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda. obteve decisão favorável transitada em julgado acerca do crédito decorrente da exclusão do ICMS na base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS. Até a emissão do nosso relatório sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não nos foram disponibilizadas evidências do levantamento do valor total de crédito a ser reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Consequentemente, não foi possível estimar os potenciais efeitos nos saldos de investimento e resultado de equivalência patrimonial da Companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o



Building a better
working world

ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Alexandre Fermino Alvares
Contador CRC-1SP211793/O-5

RuasInvest Participações S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	44.700	48.682	49.114	51.537
Títulos e valores mobiliários	23	6.302	12.794	22.097	19.557
Contas a receber de clientes	5	5.750	2.292	46.559	27.141
Impostos a recuperar		1.873	1.156	3.487	2.941
Empréstimos - partes relacionadas	6	-	9.396	-	7.993
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	8	37.870	2.620	37.870	2.620
Outras contas a receber	9	40.263	38.645	41.224	39.988
Total do ativo circulante		136.758	115.585	200.351	151.777
Não circulante					
Tributos diferidos	21	-	-	31.084	34.881
Empréstimos - partes relacionadas	6	30.940	42	-	42
Impostos a recuperar				402	189
Outras contas a receber	9	38.969	75.685	38.969	75.686
Investimentos	7	511.047	413.449	500.182	403.057
Imobilizado	10	10.118	14.514	133.645	135.948
Intangível	11	167.302	177.366	192.076	206.513
Total do ativo não circulante		758.376	681.056	898.358	856.316
Total do ativo		895.134	796.641	1.098.709	1.008.094

RuasInvest Participações S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)--*Continuação*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores				19.318	18.264
Empréstimos e financiamentos	12	8.341	71.356	45.148	156.272
Empréstimos - partes relacionadas	6	4	-	11	73
Impostos e contribuições a recolher		1.347	69	12.075	6.466
Obrigações sociais e trabalhistas		66	52	7.170	4.849
Dividendos e juros sobre o capital próprio		36.985	10.788	36.985	10.788
Provisões	14			6.075	8.009
Adiantamento de clientes				6.338	3.323
Receitas diferidas				429	517
Arrendamento a pagar				1.291	979
Outras contas a pagar	13	58.574	52.591	58.579	52.594
Total do circulante		105.317	134.856	193.419	262.134
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	160.811	86.488	262.269	165.559
Tributos diferidos	21	30.289	45.892	30.289	45.892
Empréstimos - partes relacionadas	6	19.993	19.993	30.802	21.851
Provisão para perdas em investimentos	7	5.479	5.405	5.479	5.500
Outras contas a pagar				655	14
Arrendamento a pagar				-	1.201
Total do não circulante		216.572	157.778	329.494	240.017
Total do passivo		321.889	292.634	522.913	502.151
Patrimônio líquido	15				
Capital social		371.000	371.000	371.000	371.000
Reserva de lucros		205.712	133.902	205.712	133.902
Ajuste de avaliação patrimonial		(3.467)	(895)	(3.467)	(895)
		573.245	504.007	573.245	504.007
Participação dos não controladores		-	-	2.551	1.936
Total do patrimônio líquido		573.245	504.007	575.796	505.943
Total do passivo e do patrimônio líquido		895.134	796.641	1.098.709	1.008.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RuasInvest Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	16	2.964	-	162.435	94.429
Custos dos serviços prestados	17		-	(77.074)	(82.100)
Lucro bruto		2.964	-	85.361	12.329
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas e com vendas	18	(16.453)	(12.826)	(52.971)	(29.532)
Despesas com vendas					(9.561)
Outras despesas operacionais, líquidas	19	(9.448)	(16.635)	(35.601)	(16.965)
Resultado de equivalência patrimonial	7	121.859	181	121.022	12.996
Resultado operacional		98.922	(29.280)	117.810	(30.733)
Receitas financeiras	20	34.625	29.684	35.309	31.323
Despesas financeiras	20	(45.845)	(75.241)	(62.937)	(87.024)
Resultado financeiro, líquido		(11.220)	(45.557)	(27.628)	(55.701)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		87.702	(74.837)	90.182	(86.434)
Imposto de renda e contribuição social	21				-
Correntes		-	-	(68)	-
Diferidos	21	15.603	-	13.806	7.903
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		103.305	(74.837)	103.920	(78.531)
Atribuível a:					
Acionistas controladores da Companhia				103.305	(74.837)
Participação dos não controladores				615	(3.694)
				103.920	(78.531)
Resultado básico e diluído por ação	15	0,24	(0,20)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RuasInvest Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		103.305	(74.837)	103.920	(78.531)
Outros resultados abrangentes:					
Mudança no valor justo dos ativos financeiros	23	(3.178)	494	(3.178)	494
Participação no resultado abrangente da investida no exterior	7	607	(2.522)	607	(2.522)
Total do resultado abrangente		100.734	(76.865)	101.349	(80.559)
Atribuível a:					
Acionistas controladores da Companhia				100.734	(76.865)
Participação dos não controladores				615	(3.694)
				101.349	(80.559)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RuasInvest Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		371.000	15.039	123.886	1.132	89.084	600.141	3.857	603.998
Ajuste do exercício anterior						7.732	7.732	1.772	9.504
Mudanças no valor justo dos ativos financeiros	23				494		494		494
Participação no resultado abrangente das investidas	7				(2.522)		(2.522)		(2.522)
Total dos resultados abrangentes do exercício		-	-	-	(2.028)	96.816	605.845	5.629	611.474
Prejuízo do exercício						(74.837)	(74.837)	(3.694)	(78.531)
Destinação do resultado do exercício:									
Dividendos distribuídos da reserva de lucros	15			(27.000)			(27.000)		(27.000)
Absorção de prejuízos pela reserva				21.979		(21.979)			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		371.000	15.039	118.865	(896)	-	504.007	1.936	505.943
Aumento de capital social	15	60.000					60.000		60.000
Capital a integralizar	15	(60.000)					(60.000)		(60.000)
Outros						1.504	1.504		1.504
Mudanças no valor justo dos ativos financeiros	23				(3.178)		(3.178)		(3.178)
Participação no resultado abrangente das investidas	7				607		607		607
Total dos resultados abrangentes do exercício					(3.467)	1.504	502.940	1.936	504.876
Lucro líquido exercício						103.305	103.305	615	103.920
Destinação do lucro:									
Dividendos distribuídos da reserva de lucros	15			(33.000)			(33.000)		(33.000)
Constituição de reservas			5.165	99.644		(104.809)	-		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		371.000	20.204	185.509	(3.467)	-	573.245	2.551	575.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RuasInvest Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	87.702	(74.837)	90.182	(86.434)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Ajustes exercício anterior		1.755	-	1.754
Equivalência patrimonial	(121.859)	(180)	(121.022)	(12.996)
Depreciação/amortização	16.908	15.540	30.416	27.608
Juros e variação cambial de empréstimos e financiamentos	20.399	44.826	30.932	55.961
Juros e variação cambial sobre empréstimos de partes relacionadas e outros	(2.370)	(251)	(2.370)	(251)
Juros e impostos sobre operações				24
Provisão para devedores duvidosos			(272)	179
Receita diferida			-	27
Resultado da baixa e venda do ativo imobilizado e intangível			6.348	3.545
Rendimentos de títulos e valores mobiliários				(636)
Ganho de compra vantajosa		26.724	-	26.724
Ajuste a valor presente arrendamentos				100
Provisões diversas			(1.934)	144
Varições nas contas patrimoniais				
Contas a receber de clientes	(3.458)		(19.146)	13.524
Impostos a recuperar	(717)	(325)	(757)	(763)
Outros ativos	35.100	68.080	35.481	68.979
Fornecedores e contas a pagar	-		1.054	(7.124)
Obrigações sociais e trabalhistas	14	36	2.321	383
Impostos e contribuições a recolher	1.278	31	4.340	(370)
Adiantamento de clientes			3.015	890
Outras contas a pagar	2.716	51.833	6.156	53.108
Caixa gerado nas operações	35.713	133.232	67.744	144.776
Imposto de renda e contribuição social				(784)
Juros pagos	(9.092)	(8.360)	(23.907)	(12.917)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	26.621	124.872	40.837	131.075
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(2.449)		(20.021)	(15.220)
Títulos e valores mobiliários	6.492		(2.540)	-
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	(28.528)		-	-
Empréstimos recebidos de partes relacionadas	9.396	14.716	8.035	14.716
Aquisição de participações societárias	(13.202)	(81.446)	(13.202)	(81.446)
Aumento de capital nas investidas	(257)	(11.012)	(257)	(11.027)
Dividendos recebidos das investidas	4.746	34.661	4.746	34.661
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(23.802)	(43.081)	(23.239)	(58.316)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos		23.004	37.100	38.440
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(43.420)	(60.796)	(65.934)
Captação de empréstimos – partes relacionadas			11.321	-
Amortização de arrendamentos			(843)	(596)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(6.803)	(41.254)	(6.803)	(41.254)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	9.861
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(6.803)	(61.670)	(20.021)	(59.484)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(3.982)	20.121	(2.423)	13.275
37Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	48.682	28.561	51.537	38.262
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	44.700	48.682	49.114	51.537
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(3.982)	20.121	(2.423)	13.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A RUASINVEST Participações S.A. (adiante designada apenas por “Companhia” ou “RuasInvest”) é uma sociedade gestora de participações sociais cujo objeto social consiste na participação em outras sociedades como sócia ou acionista, além da atuação na representação comercial e agenciamento do comércio de veículos automotores.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade e estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia, através de suas controladas e coligadas (coletivamente, “Grupo”) atua em todas as regiões do Brasil, além de algumas regiões das Américas do Norte e do Sul, Europa, Ásia e África.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía participação nas seguintes controladas diretas:

Controladas	Participação em 2021	Participação em 2020
OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	76,35%	76,35%
OTIMA Brasil S.A.	100%	100%
QUELUZ Participações S.A.	99,999%	99,999%

Em junho de 2021, após vencer a concorrência internacional, a RuasInvest, juntamente com a companhia CCR S.A., constituiu o consórcio Via Mobilidade para a concessão das linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), participando com 20% das ações subscritas.

Conforme divulgado na Nota 7, a Companhia ainda participa e é sócia de diversas empresas cujos percentuais de participação no capital social variam de 15% a 66,67% (controladas em conjunto e/ou coligadas), no entanto, todas as decisões relevantes são feitas de forma compartilhada entre a Companhia e os demais sócio quotistas, independente do percentual de participação.

1.1. Coronavírus – COVID-19

O cenário econômico de 2021 foi semelhante à 2020, em razão da pandemia de COVID-19 que perdurou após o surgimento de novas variantes, impactando no resultado apurado pelos investimentos da Empresa, principalmente no segmento industrial e mobiliário urbano.

Apesar dos impactos causados pela COVID-19, as concessões de mobilidade urbana, apresentaram um aumento da receita em comparação a 2020, cujo principal fator se deve, ao recebimento do Reequilíbrio Fase I, referente aos impactos financeiros ocasionados pelos atrasos da entrega de estações da Fase I pelo Poder Concedente e Compensação Financeira Fase II.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Coronavírus – COVID-19--Continuação

A Companhia, avaliou que os maiores impactos ocasionados pela COVID-19 em seus investimentos já foram superados, e, com base nas informações disponíveis até a data de emissão destas demonstrações financeiras, a administração, não identificou riscos relevantes que colocassem em dúvida sua capacidade de operação futura, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

1.2. Renegociação dos Empréstimos - Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.

Visando atender a necessidade de capital de giro da Companhia, a controlada Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A., formalizou contratos de mútuos com os acionistas, na proporção de sua participação, no montante total de R\$ 35.710. Além de realizar novos empréstimos, obtidos junto a instituições financeiras.

Em 21 de novembro de 2021, foi celebrado o 3º aditivo ao contrato de financiamento junto a instituição financeira credora Caixa Econômica Federal (“CEF”), o qual promoveu a reestruturação do contrato FINISA, nos seguintes termos:

- 1) Alongamento do prazo total da operação em mais 2 anos, passando o vencimento final da operação de junho de 2023 para junho de 2025;
- 2) Alteração na periodicidade dos pagamentos, passando de semestral para mensal, a partir de julho de 2021;
- 3) Amortização customizada para atendimento de *covenants* de conta reserva mensal e ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) anual igual ou maior a 1,3;
- 4) Inclusão da cláusula de amortização extraordinária obrigatória (“Cash Sweep”), de modo que haverá o pagamento de juros e amortização adicionais às parcelas originalmente previstas, em valores correspondentes a 70% do saldo do caixa livre até o 5.o. dia útil do mês subsequente aos meses de dezembro de 2022, junho de 2023 e junho de 2024;
- 4) Suspensão (“waiver”) até 31 de dezembro de 2021 da obrigação de atingir o ICSD igual ou superior a 1,3; e
- 5) Recomposição gradual do valor alvo da conta reserva no montante equivalente aos vencimentos correspondentes a 6 parcelas mensais de juros e amortização e manutenção desta reserva.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Contrato de concessão - Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. --Continuação

Conforme contrato de concessão firmado pela controlada “Ótima Concessionária”, a Companhia cumpriu com a obrigação de substituir 6.500 abrigos em parada de ônibus e o Poder Concedente possui a faculdade de solicitar até o ano de 2027 outros 1.000 novos abrigos. As obrigações assumidas no contrato também consistem na instalação de 14.700 totens indicativos de paradas e manutenção dos respectivos 6.500 abrigos construídos / substituídos na cidade de São Paulo. Durante 2021, a companhia efetuou a instalação de 85 novos abrigos de ônibus, 262 novos totens indicativos de paradas de ônibus e concluiu a reforma (“retrofit”) de 27 estações em corredores de ônibus - Estações Corbucci, em cumprimento à curva de instalação vigente.

Por esses serviços a controlada, “Ótima Concessionária”, não receberá qualquer remuneração direta ou indireta do Poder Concedente, que permanecerá responsável pela administração da operação, definição dos locais de instalação dos abrigos e remanejamentos necessários, bem como, pela prestação de serviço ao público.

1.4. Revisão Ordinária - Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.

De acordo com o contrato de concessão firmado pela controlada “Ótima Concessionária”, o Poder Concedente realizará a cada 5 anos, a partir do início da concessão, revisão dos parâmetros econômico-financeiros, com a finalidade de avaliar o impacto em relação à aspectos de atualidade das instalações do mobiliário urbano para incorporação de inovações tecnológicas, visando possibilitar o melhor atendimento aos usuários, o incremento da preservação do meio ambiente ou a redução de custos na execução do serviço concedido. A Companhia foi notificada da revisão em 08 de janeiro de 2018, e, em 07 de abril de 2021 a Companhia recebeu atualização da referida revisão, efetuando análise dos termos juntos aos assessores legais.

Dada a complexidade envolvida na revisão ordinária, a mesma ainda se encontra em discussão pelas partes envolvidas e a controlada, “Ótima Concessionária”, tem endereçado todos os esforços com objetivo de finalizar sua conclusão.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

2.1.1. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1.2. Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 29 de abril de 2022.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros, ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

2.2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.2.2. Moeda estrangeira

2.2.2.1. *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de mensuração--Continuação

2.2.2. Moeda estrangeira—Continuação

2.2.2.1. Transações em moeda estrangeira—Continuação

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

2.2.2.2. Operações no exterior

Os ativos e passivos das operações no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

2.2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas brasileiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na Nota Explicativa nº 2.14.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

2.3.1. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

2.3.1.1. *Participação dos acionistas não controladores*

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.3.1.2. *Controladas*

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia.

A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

2.3.1. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

2.3.1.2. *Controladas--Continuação*

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

2.3.1.3. *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas do Grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.3.1.4. *Investimentos em empresas com negócios em conjunto*

Negócios em conjunto podem ser classificados como uma operação em conjunto (*joint operation*) ou um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*). Operação em conjunto (ou *joint venture*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

2.3.1. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

2.3.1.4. *Investimentos em empresas com negócios em conjunto*--Continuação

Empreendimento controlado em conjunto (joint venture) é um negócio que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos dos contratos e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

2.3.1.5. *Coligadas*

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

2.3.1. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

2.3.1.5. *Coligadas--Continuação*

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

2.4.1. Ativos financeiros não derivativos

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.1. Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes ele precisa gerar fluxos de caixa futuros que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referidos como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.1. Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os seus ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e outras contas a receber.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais o Grupo não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado Desreconhecimento.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.1. Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado--Continuação

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.1. Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses).

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada

Para contas a receber de clientes, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.1. Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 12 meses. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.4.2. Passivos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.2. Passivos financeiros não derivativos--Continuação

Reconhecimento e mensuração--Continuação

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.2. Passivos financeiros não derivativos--Continuação

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.5. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessárias.

O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas / outras despesas operacionais no resultado.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Imobilizado--Continuação

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Aeronave	10
Veículos	5
Software	5
Abrigos	12 a 25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Intangível

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil de até cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Intangível--Continuação

Softwares--Continuação

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Intangível--Continuação

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “direito de outorga da concessão”, no ativo intangível.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pelo método linear, pelo prazo de 25 anos, que corresponde ao prazo do contrato de Concessão e o que representa o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros.

Os custos para registro das patentes do mobiliário urbano também estão registrados como ativo intangível e serão amortizados de forma linear durante o prazo de concessão.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Empresa como arrendatária

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor o Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Arrendamentos--Continuação

Empresa como arrendatária--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Os efeitos da adoção ao CPC 06 (R2) não foram significativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

2.10. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos incrementais atribuídos diretamente à emissão de novas ações ou opções são reconhecidos no patrimônio líquido como dedução, líquida de impostos, dos recursos obtidos.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Capital social--Continuação

Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo quando designados, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia.

2.11. Reconhecimento de receita

A principal receita do Grupo (consolidado) é proveniente da exploração de espaços publicitários existentes nos abrigos de ônibus instalados, através de suas controladas. A receita é registrada de acordo com a veiculação da publicidade contratada. Em média, o período de veiculação das campanhas é de uma semana. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A contrapartida da receita em todo caso é registrada no ativo circulante. Em alguns casos a Companhia efetua também a modalidade de receita via permuta, eliminando o saldo a receber em troca de serviços prestados registrados, os quais são reconhecimentos como despesa quando incorridos.

Em determinadas vendas as agências publicitárias atuam como “agente” negociando a transação entre anunciante e a Companhia, para esses casos, a comissão devida a essas agências é registrada como custo das vendas.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comissão no agenciamento de comercialização de veículos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

2.12. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre empréstimos entre partes relacionadas. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras compreendem principalmente despesas de juros sobre empréstimos com instituições financeiras, perdas sobre aplicações financeiras, impostos sobre operações financeiras, juros sobre o capital próprio e comissões de fiança. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

2.14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, de acordo com as alíquotas estabelecidas pela legislação fiscal de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

Os impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos como créditos fiscais na extensão em que sejam prováveis que lucros futuros estejam disponíveis para compensação, observado os prazos prescricionais e o limite de 30% dos lucros anuais tributáveis, com base nas projeções financeiras elaboradas e fundamentadas em premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Para suportar o reconhecimento e manutenção dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, a Administração estima resultados tributáveis futuros com base em seu plano de negócios e condições avaliadas de mercado, essa estimativa está exposta aos riscos associados de mercado, taxas, e de crédito, sendo assim, a ocorrência de fatores futuros que impacte esse plano de negócios e conseqüentemente os resultados tributáveis projetados poderá alterar a avaliação da Administração quanto a registro desses ativos.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Estimativas e premissas críticas--Continuação

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, bem como na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos, vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisão para manutenção corretiva (Nota 15), detalhadas a seguir. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa - O julgamento envolve a avaliação de perda esperada para cada cliente, considerando o andamento das negociações para títulos vencidos, assim, a provisão calculada é ajustada para refletir as perdas prováveis avaliadas pela Administração (Nota 5).
- Imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos - Para suportar o reconhecimento e manutenção dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferido, a Administração estima resultados tributáveis futuros com base em seu plano de negócios e condições avaliadas de mercado, essa estimativa está exposta aos riscos associados de mercado, taxas, e de crédito, sendo assim, a ocorrência de fatores futuros que impacte esse plano de negócios e consequentemente os resultados tributáveis projetados poderá alterar a avaliação da Administração quanto a registro desses ativos (Nota 21).
- Vida útil para ativo imobilizado e intangível - A determinação da vida útil dos ativos fixos resulta nas taxas de encargos de depreciação e amortização reconhecidas no resultado do exercício, nesse caso, a Companhia com auxílio de especialistas avalia individualmente as características desses ativos, sendo que o julgamento envolvido nessa avaliação pode ser alterado em função do estado físico aparente, alteração de tecnologia ou mudança do plano de negócios. O direito de outorga é amortizado no período do contrato de concessão, bem como marcas e patentes; e
- Provisão para manutenção corretiva - Para suportar seu reconhecimento e manutenção dos saldos de provisão para manutenção corretiva, a Administração realiza inspeção física de seu acervo em periodicidade anual e avalia o estado de deterioração dos equipamentos. A provisão é calculada e ajustada para refletir a necessidade de troca desses equipamentos, essencialmente vidros (Nota 11).

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

Uma série de novas normas e alterações entraram em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021. A Empresa concluiu que essas novas normas e alterações não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras. Bem como, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente.

3.1. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2021

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para as Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento.

O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021.

Durante o exercício de 2020 a Companhia aplicou o Expediente Prático do CPC 06 relacionado aos descontos obtidos no contrato de arrendamento da sede da Companhia, que sofreu redução nos pagamentos originalmente devidos em função da pandemia da Covid-19. Nenhuma outra alteração substantiva foi realizada nos termos do contrato.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações—Continuação

3.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2021

As novas normas, interpretações, e alterações emitidas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa não adotou essas normas na elaboração destas demonstrações financeiras, e pretende adotar, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro:

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Empresa.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações—Continuação

3.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2021— Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: -- Continuação

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	-	16	-	16
Bancos conta movimento	723	149	5.119	2.834
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	43.976	48.517	43.996	48.687
	44.700	48.682	49.115	51.537

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata e insignificante risco de mudança no valor, são compostas por:

Instituição financeira	Vencimento	Rendimento	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
Banco Safra	10/12/2021	100% CDI	77	72	77	72
Banco Luso Brasileiro	13/10/2026	129% CDI	6.455		6.455	-
Banco Luso Brasileiro	14/11/2022	102% CDI	30.636		30.636	-
Banco Luso Brasileiro	30/11/2026	129% CDI	620		620	-
Banco Luso Brasileiro	07/12/2021	102% CDI		25.864		25.864
Banco Luso Brasileiro	08/03/2021	108% CDI		72		72
Banco Luso Brasileiro	06/10/2021	130% CDI		7.647		7.647
Banco Luso Brasileiro	28/11/2025	129% CDI		8.816		8.816
Banco Luso Brasileiro	01/12/2023	8,25%ANO/252	6.042	6.040	6.042	6.040
Banco Itaú	27/03/2021	97,5% CDI	4	4	4	4
Banco Santander	-	-	144	4	144	4
Caixa Econômica Federal	30/06/2021	98% a 95% CDI		72		
Outros Bancos	-	-			20	169
			43.976	48.517	43.996	48.687

5. Contas a receber de clientes

A partir de dezembro de 2021 a Companhia RuasInvest passou a emitir nota fiscal referente a receita financeira gerada pelo ganho na operação de fiança da Via Mobilidade Linhas 5 e 17, e Via Mobilidade Linhas 8 e 9.

As contas a receber de clientes no consolidado são substancialmente representadas, integralmente, por recebíveis decorrentes de comercialização de espaços publicitários por suas sociedades controladas, e na controladora está basicamente representado por serviços de intermediação de negócios realizadas:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de clientes	5.749	2.292	46.933	27.814
Provisão para devedores duvidosos		-	(374)	(673)
	5.749	2.292	46.559	27.141

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes--Continuação

Aging das contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A Vencer	5.749	2.292	41.089	25.452
Vencidos até 30 dias	-	-	5.317	1.551
Vencidos há mais de 30 dias	-	-	-	-
Vencidos há mais de 60 dias	-	-	152	35
Vencidos há mais de 90 dias	-	-	365	610
Vencidos há mais de 120 dias	-	-	9	165
	5.749	2.292	46.933	27.813

Movimentação da PCLD

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	-	-	(672)	(621)
Adições - PCLD	-	-	-	(144)
Baixas por recebimentos	-	-	165	92
Baixas por títulos incobráveis	-	-	133	-
Saldo em 31 de dezembro	-	-	(374)	(673)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a expectativa de perda sobre as contas a receber de clientes. A Administração não espera perdas na realização das contas a receber de clientes nas datas dos balanços, além dos valores contabilizados como provisão para créditos de liquidação duvidosa.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Empréstimos - partes relacionadas

Parte Relacionada - A receber	Modalidade	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2021	2020	2021	2020
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S/A (i) (a)	Mútuo	125% CDI + CETIP	30/06/2025	30.802	1.402	-	-
Viseu Investimentos Ltda.	Mútuo	Sem encargos	Sem vencimento	-	42	-	42
Himalaia Transportes	Mútuo	Sem encargos	Sem vencimento	-	7.993	-	7.993
				30.802	9.437	-	8.035
			Circulante	-	9.396	-	7.993
			Não circulante	30.802	42	-	42

Parte Relacionada - A pagar	Modalidade	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2021	2020	2021	2020
APM Investimentos e Participações Ltda.	Mútuo	Sem encargos	Sem vencimento	19.993	19.993	19.993	19.993
Rede Bandeirantes de Minas Gerais Ltda.	Mútuo	125% CDI + CETIP	Sem vencimento	-	-	8.228	1.393
Kalítera Engenharia Ltda. (ii)	Mútuo	Sem encargos	31/12/2020	-	-	2.799	465
Outros	Mútuo	Sem encargos		4	-	11	-
				19.993	19.993	31.032	21.851
			Circulante	-	-	11	-
			Não circulante	19.993	19.993	31.021	21.851

(i) Referem-se aos contratos de mútuos com os acionistas.

(ii) Em 1 de maio de 2021 foi extinto o contrato de prestação de serviços entre a empresa Kalítera Engenharia Ltda. e a controlada OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A., através do pagamento de multa contratual no montante de R\$ 26.010, registrados integralmente no resultado, contemplando: valores referente à prestação de serviços do período de 1 de janeiro de 2021 até 31 de abril de 2021 – R\$ 15.768 (valores líquidos de PIS e Cofins), multa contratual – R\$ 26.010 e encargos financeiros dos contratos de mútuo vigentes – R\$ 184. O saldo remanescente de R\$ 2.636 refere-se a valores de glosas de serviços que estão sendo discutidos no âmbito de um processo de arbitragem conduzidos pelos assessores jurídicos da controlada.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Empréstimos - partes relacionadas—Continuação

a) Contratos de mútuo - OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.

Em 10 de abril de 2017 a controlada OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A., para fazer frente às necessidades de caixa, firmou contratos de mútuos com os acionistas no montante de R\$ 2.478, sendo a participação da RuasInvest correspondente ao montante de R\$ 1.064. O contrato firmado está remunerado em 125% do CDI e teve seu vencimento prorrogado de 10 de janeiro de 2021 para 10 de janeiro de 2022.

No decorrer do 1º semestre de 2021, a fim de conseguir suprir suas necessidades de caixa de giro, a controlada formalizou novos contratos de mútuos com os acionistas, na proporção de sua participação na companhia, no montante de R\$ 35.710, sendo a participação da RuasInvest correspondente ao montante de R\$ 27.431 atualizados em 31 de dezembro de 2021). Os contratos são remunerados a taxa CDI + 0,5% a.m., o que equivale a CDI + 6,17% aa. Esses contratos possuem seu vencimento em 30 de junho de 2025.

O Saldo total a receber da controlada, atualizados e considerados os 2 empréstimos é de R\$ 30.802 em 31 de dezembro de 2021.

A composição do saldo do mútuo a pagar pela controlada é como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo em 1º de janeiro	3.259	3.146
Adições	35.710	
Juros	2.780	113
Saldo em 31 de dezembro	<u>41.749</u>	<u>3.259</u>

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Empréstimos - partes relacionadas—Continuação

b) Contratos de mútuo APM – Investimento e Participações Ltda.

Em dezembro 2021, a RuasInvest buscando amortizar o saldo de mútuo existente com a empresa APM – Investimentos e Participações Ltda., iniciou um processo para transferência de sua aeronave Bombardier modelo CL 600 2B 16, realizando um contrato de dação no montante de R\$ 11.132, valor contábil registrado em 30 de novembro de 2021, após assinatura do contrato a Companhia enviou a documentação solicitada pela ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil e abriu um processo para realização da transferência. Até o momento da divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia continua aguardando o certificado de transferência emitido pela ANAC, confirmando que a operação foi totalmente concluída.

7. Investimentos

7.1. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Investimentos em participações societárias (Controladas em conjunto e coligadas)	518.176	420.578	506.656	410.186
Mais-valia de ativos a valor justo	(7.129)	(7.129)	(7.129)	(7.129)
	511.047	413.449	499.527	403.057

7.2. Passivo a descoberto em investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Passivo a descoberto em investimentos	(5.479)	(5.405)	(5.479)	(5.500)
	(5.479)	(5.405)	(5.479)	(5.500)

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--Continuação

7.3. Composição dos investimentos

	Investimentos em participações societárias		Mais-valia de ativos a valor justo		Saldo final líquido dos investimentos	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.	214.462	232.728	(7.129)	(7.129)	207.333	225.599
RC Participações S.A. (*)	74.142	66.272	-	-	74.142	66.272
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	130.783	26.300	-	-	130.783	26.300
Ótima Brasil S/A.	3.290	4.258	-	-	3.290	4.258
Tec Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	6.060	7.518	-	-	6.060	7.518
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	7.056	9.009	-	-	7.056	9.009
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.			-	-		
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	248	236	-	-	248	236
Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metro de São Paulo S.A.	20.521	16.014	-	-	20.521	16.014
Concessionária das Linhas 8 e 9 do sistema de trens metropolitanos de São Paulo S.A.	3.299	-	-	-	3.299	-
Concessionária da Linha 15 do Metro de São Paulo S.A.	459	544	-	-	459	544
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	8.230	6.245	-	-	8.230	6.245
CPA Centro de Processamento de Alumínio Ltda.	8.769	9.424	-	-	8.769	9.424
OM Linha 6 S.A.	781	-	-	-	781	-
Queluz Participações Ltda. (i)	40.076	42.029	-	-	40.076	42.029
	518.176	420.578	(7.129)	(7.129)	511.047	413.449

(*) Empresa detentora de 43,08% das ações do Banco Luso Brasileiro S.A.

(i) Em janeiro de 2020, a Companhia adquiriu 99,99% das quotas de participação societária na Queluz Participações Ltda., sendo registrado deságio por compra vantajosa pelo montante de R\$ 26.985. Conforme CPC 15, essa aquisição não configurou uma combinação de negócios, tendo em vista que o controle da sociedade continua em poder das empresas Amarante, Serpa e MJR, acionistas e administradores da RuasInvest.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.4. Composição do passivo a descoberto em investimentos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
TVO Publicidade S.A.	5.479	5.365
OM Linha 6 Participações S.A.	-	38
	<u>5.479</u>	<u>5.405</u>

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--Continuação

7.5. Informações relevantes sobre os investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Empresas	Quotas/ações possuídas pela Companhia		% de participação da Companhia		Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido		Resultado do exercício	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controlada												
Ótima Brasil S.A.	8.701.182	8.701.182	100,00%	100,00%	4.595	5.332	1.306	1.074	3.289	4.258	(969)	(851)
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S/A.	43.583.085	35.677.515	76,35%	76,35%	240.780	217.912	230.000	209.732	10.780	8.179	2.601	(15.625)
Queluz Participações Ltda	45.999.999	45.999.999	99,99%	99,99%	67.460	68.867	659	114	66.801	68.753	(2.869)	12.661
Controlada em conjunto												
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.(i)	147.000.000	147.000.000	49,00%	49,00%	1.045.644	910.970	622.516	450.563	423.128	460.406	(34.933)	32.489
Coligadas												
RC Participações S.A.	55.338.946	55.338.946	66,67%	66,67%	112.543	102.865	1.336	91.945	111.207	99.366	11.327	10.919
OM Linha 6 Participações S.A.	13.588.616	13.588.616	21,61%	21,61%	4.143	212	530	393	3.613	(181)	3.490	(1.408)
Tec Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	2.450.000	2.450.000	49,00%	49,00%	17.490	21.633	5.123	6.290	12.367	15.343	(2.975)	1.277
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	1.715.000	1.715.000	49,00%	49,00%	26.893	33.011	12.493	14.626	14.400	18.386	(3.985)	(3.322)
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	98.000	98.000	49,00%	49,00%	1.219	1.248	712	766	507	483	24	(24)
CPA Centro de processamento de Alumínio Ltda.	5.145.000	5.145.000	49,00%	49,00%	52.197	28.874	34.302	9.641	17.895	19.234	(1.339)	3.277
TVO Publicidade S.A.	1.640.939	1.640.939	20,79%	20,79%	2.868	-	29.222	-	(26.354)	-	(519)	-
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	22.441.071	22.441.071	15,00%	15,00%	3.029.482	1.694.096	2.157.593	1.421.524	871.889	175.336	936.089	9.165
Concessionária das Linhas 8 e 9 do sistema de trens metropolitanos de São Paulo S.A.	64.000.000	-	20,00%	-	1.727.253	-	1.710.757	-	16.496	-	(49.514)	-
Concessionária da Linha 15 do Metro de São Paulo S.A.	14.598.000	14.598.000	20,00%	20,00%	2.305	2.998	11	277	2.294	2.721	(76)	(34)
Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metro de São Paulo S.A.	14.827.400	14.827.400	16,66%	16,66%	913.739	926.887	790.566	827.229	123.173	99.658	37.153	10.795

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--Continuação

7.5. Informações relevantes sobre os investimentos avaliados por equivalência patrimonial--Continuação

- (i) Em 15 de agosto de 2019 transitou em julgado acórdão que concedeu mandado de segurança em favor da Empresa, determinando que o ICMS não componha a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Porém, em análise dos assessores jurídicos da Empresa, tal decisão se deu de “maneira genérica”, ou seja, não especifica se o montante do ICMS a ser excluído é aquele destacado nos documentos fiscais ou se aquele efetivamente recolhido aos cofres do fisco. Isto, infelizmente, traz impacto direto sobre a Empresa, em razão do entendimento da Receita Federal do Brasil externado na Solução de Consulta Interna nº 13 - COSIT, o qual determina que “o montante a ser excluído da base de cálculo mensal da contribuição é o valor mensal do ICMS a recolher, conforme o entendimento majoritário firmado no julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, pelo Supremo Tribunal Federal”: Em 13 de maio de 2021 o STF decidiu que o ICMS destacado na nota fiscal pode ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS. Após o julgamento dos embargos de declaração e modulação pelo STF, foi possível a Empresa ter elementos suficientes para a mensuração confiável do valor do crédito tributário a ser efetivamente recuperado e reconhecido. Entretanto, até a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa ainda não havia efetuado o reconhecimento dos referidos créditos, estimados no montante de R\$130.804 (R\$77.866 principal e R\$52.938 atualização monetária), sendo o reconhecimento previsto para o exercício 2022.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--Continuação

7.6. Movimentação dos investimentos

Empresa	Participação	2020	Equivalência patrimonial	Efeito reflexo de investidas	Ganho Compra Vantajosa	Aumento de capital	Aquisição / Baixa	Distribuição de lucros	Mutações	2021
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carroceiras Ltda.	49,00%	225.599	(17.117)	(1.149)						207.333
RC Participações S.A.	66,67%	66.272	7.552	1.756		124		(1.794)	232	74.142
OM LINHA 6 S.A.	21,61%	(39)	754			100			(34)	781
TEC Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	49,00%	7.518	(1.458)							6.060
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	49,00%	9.009	(1.953)							7.056
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	49,00%	236	12							248
CPA Centro de Processamento de Alumínio Ltda.	49,00%	9.424	(656)						1	8.769
TVO Publicidade S.A.	20,79%	(5.365)	(108)						(6)	(5.479)
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	76,35%	6.245	1.986						(1)	8.230
ViaQuatro	15,00%	26.300	140.413					(35.930)		130.783
Ótima Brasil	100,00%	4.258	(969)						1	3.290
Via Mobilidade – Linhas 5 e 17	16,66%	16.014	6.190					(2.272)	589	20.521
Via Mobilidade – Linhas 8 e 9 (i)	20,00%	-	(9.903)				13.202			3.299
Via Mobilidade - Linha 15	20,00%	544	(15)						(70)	459
Queluz Participações Ltda	99,99%	42.029	(2.869)			33			883	40.076
		408.044	121.859	607		257	13.202	(39.996)	1.595	505.567
Classificado como investimentos		413.449								511.047
Classificado como passivo a descoberto em investimentos		(5.405)								(5.479)
		408.044								505.568

- (i) Em junho de 2021, após vencer uma concorrência internacional, a RuasInvest, juntamente com a companhia CCR S.A., constituiu o consórcio Via Mobilidade para a concessão das linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), participando com 20% das ações subscritas.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--Continuação

7.6. Movimentação dos investimentos--Continuação

Empresa	Participação	2019	Equivalência patrimonial	Efeito reflexo de investidas	Ganho Compra Vantajosa	Aumento de capital	Aquisição / Baixa	Distribuição de lucros	Mutações	2020
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carroceiras Ltda.	49,00%	236.261	15.919	(2.081)				(24.500)		225.599
RC Participações S.A.	66,67%	61.107	7.280	(441)		103		(1.729)	(49)	66.272
OM LINHA 6 S.A.	21,61%	(8.921)	(304)			2.892			6.295	(39)
TEC Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	49,00%	6.893	626							7.518
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	49,00%	10.636	(1.627)							9.009
CEAC - Centro Administrativo Caio Ltda.	49,00%	248	(12)							236
CPA Centro de Processamento de Alumínio Ltda.	49,00%	7.820	1.606							9.424
TVO Publicidade S.A.	20,79%	(5.365)								(5.366)
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	76,35%	12.448	(11.930)			5.725				6.245
ViaQuatro	15,00%	32.592	1.375					(7.398)	(269)	26.300
Ótima Brasil	100,00%	2.786	(850)			2.325				4.258
Via Mobilidade	16,66%	15.838	1.210					(1.033)		16.014
Via Mobilidade - Linha 15	20,00%	994	(449)							544
Queluz Participações Ltda.(i)	99,99%	-	(12.661)		(26.724)	(33)	81.446			42.029
		<u>373.336</u>	<u>180</u>	<u>(2.522)</u>	<u>(26.724)</u>	<u>11.012</u>	<u>81.446</u>	<u>(34.661)</u>	<u>5.977</u>	<u>408.043</u>
Classificado como investimentos		387.622								413.449
Classificado como passivo a descoberto em investimentos		(14.287)								(5.405)
		<u>373.335</u>								<u>408.044</u>

- (i) Em janeiro de 2020 a empresa adquiriu 99,99% das quotas de participação societária na Queluz Participações Ltda. Conforme CPC 15, essa aquisição não configurou uma combinação de negócios, tendo em vista que o controle da sociedade continua em poder das empresas Amarante, Serpa e MJR, acionistas e administradores da RuasInvest.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
ViaQuatro	35.433	344
Via Mobilidade - Linhas 5 e 17	1.525	-
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.	539	539
RC Participações	366	1.729
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	8	8
	37.870	2.620

9. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Execução de garantia Move São Paulo (i)(ii)	77.938	113.529	77.938	113.529
Adiantamentos	818	219	818	219
Caruana	414	414	414	414
OM Linha 6 Participações	-	-	-	-
Outros	63	169	1.023	1.512
	79.232	114.331	80.192	115.674
Circulante	40.263	38.645	41.224	39.988
Não circulante	38.969	75.686	38.969	75.686

- (i) Em outubro de 2020 foi firmado um acordo de venda de direito à Concessão da Move SP. A empresa ACCIONA que adquiriu esse direito, assumiu o compromisso de pagamento da dívida junto aos garantidores da fiança de 2017, quitando a primeira parcela no valor de R\$ 37.5 milhões.
- (ii) Em novembro de 2021 a empresa ACCIONA quitou a segunda parcela no valor de R\$ 38.7 milhões. O pagamento do saldo remanescente será realizado em duas parcelas anuais a vencer em 2023 e 2024.

10. Imobilizado

	Vida útil (anos)	Controladora			
		2021		2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Aeronave	10	63.151	(53.072)	10.080	14.513
Software	5	40	(2)	38	-
Outros	10	2	(2)	1	1
		63.194	(53.075)	10.118	14.514

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

	Vida útil (anos)	Consolidado			Líquido
		2021		2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Aeronave	10	63.151	(53.072)	10.080	14.513
Software	5	40	(2)	38	-
Abrigos	12 a 25	143.444	(46.735)	96.710	93.916
Outros	10 a 20	40.111	(13.294)	26.817	27.520
		246.747	(113.102)	133.644	135.948

Em abril de 2013, a Companhia adquiriu uma nova aeronave Marca Bombardier, modelo técnico CL-600-2B16 e modelo comercial Challenger, no valor de R\$ 60.169, que foi alienada ao Bradesco Leasing S.A., Arrendamento Mercantil por meio de contrato de leasing financeiro. Essa aeronave tem como objetivo: viabilizar viagens a novos empreendimentos pelos diretores da RuasInvest; viagens nacionais e ao exterior relacionadas às participações societárias diretas e indiretas (CAIO Induscar, CAIO México, CAIO Chile); e, boa impressão e imagem associadas à excelência dos produtos e serviços do Grupo RuasInvest.

As principais coberturas de seguro da aeronave referem-se a casco e guerra (US\$30 milhões), danos pessoais (US\$25 milhões) e responsabilidade civil (UD\$150 milhões).

A movimentação do custo do imobilizado está demonstrada abaixo:

	Controladora				
	Aeronave	Veículos	Software	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020, líquido	19.973	15	-	1	19.989
Adição	573				573
Depreciação	(6.033)	(15)	-	-	(6.048)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.513	-	-	1	14.514
Custo	60.742	134	-	2	60.878
Depreciação acumulada	(46.230)	(134)	-	(1)	(46.365)
Saldo em 31 de dezembro de 2020, líquido	14.513	0	-	1	14.514
Adição	2.409	-	40		2.449
Depreciação	(6.842)	-	(2)	-	(6.844)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.080	-	38	1	10.118
Custo	63.151	-	40	2	63.194
Depreciação acumulada	(53.072)	-	(2)	(2)	(53.075)
Saldo em 31 de dezembro de 2021, líquido	10.080	-	38	-	10.118

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

	Consolidado					Total
	Aeronave	Veículos	Abrigos	Software	Outros	
Saldo em 01 de janeiro de 2020, líquido	19.973	15	99.408		19.838	139.234
Adição	573				14.252	14.825
Baixa			(430)		(3.115)	(3.545)
Transferências			1.217		(1.217)	-
Depreciação	(6.033)	-	(6.279)		(2.236)	(14.548)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.513	15	93.916		27.522	135.965
Custo	60.742	134	134.425		39.735	235.037
Depreciação acumulada	(46.230)	(134)	(40.509)		(12.216)	(99.088)
Saldo em 31 de dezembro de 2020, líquido	14.513	-	93.916		27.520	135.948
Adição	2.409			40	17.508	19.957
Baixa			(105)	-	(5.545)	(5.650)
Transferências			9.663	-	(9.663)	-
Depreciação	(6.842)	-	(6.764)	(2)	(3.004)	(16.612)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.080	-	96.710	38	26.817	133.644
Custo	63.151	-	143.444	40	40.111	246.747
Depreciação acumulada	(53.072)	-	(46.735)	(2)	(13.294)	(113.102)
Saldo em 31 de dezembro de 2020, líquido	10.080	-	96.710	38	26.817	133.644

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

	Controladora	
	Direito de Concessão	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	187.430	187.430
Amortização	(10.064)	(10.064)
Saldo contábil	177.366	177.366
Saldo de custo	207.558	207.558
Amortização acumulada	(30.192)	(30.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	177.366	177.366
Amortização	(10.064)	(10.064)
Saldo contábil	167.302	167.302
Saldo de custo	207.558	207.558
Amortização acumulada	(40.256)	(40.256)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	167.302	167.302

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível--Continuação

	Marcas e patentes	Software (i)	Direito de outorga (i)	Implantação SAP B1 (ii)	Sistema de métricas OOH (iii)	APP	Direito de uso (iv)	Direito de concessão	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	124	1.407	25.200	124	1.612	718	2.605	187.430	219.219
Adoção inicial (CPC 06)									
Aquisições	7	82			11	138	752	-	990
Amortização (a)	(6)	(339)	(1.400)		(687)	(133)	(1.074)	(10.064)	(13.703)
Saldo contábil	125	1.150	23.800	124	936	724	2.283	177.366	206.507
Saldo de custo	167	2.768	35.000	124	2.757	1.102	4.359	207.558	253.835
Amortização acumulada	(42)	(1.618)	(11.200)		(1.821)	(380)	(2.076)	(30.192)	(47.329)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	125	1.150	23.800	124	936	723	2.283	177.366	206.506
Adoção inicial (CPC 06)									
Aquisições	64								64
Baixas				(124)		(574)			(698)
Amortização (a)	(9)	(303)	(1.400)		(688)	(149)	(1.191)	(10.064)	(13.804)
Saldo contábil	189	846	22.400	-	248	-	1.092	167.302	192.077
Saldo de custo	240	2.768	35.000	-	2.760	-	3.964	207.558	252.291
Amortização acumulada	(52)	(1.922)	(12.600)	-	(2.512)	-	(2.873)	(40.256)	(60.214)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	189	846	22.400	-	248	-	1.092	167.302	192.077
Taxas anuais de amortização	4%	20%	4%	25%	25%				

(i) Vida útil para ativo intangível - a determinação da vida útil do ativo intangível é avaliada de acordo com o período do benefício que se espera que seja obtido dos respectivos ativos. O direito de outorga é amortizado no período do contrato de concessão, bem como marcas e patentes, em 25 anos. Os softwares são amortizados pelo período de 5 anos.

(ii) A Companhia adquiriu o Sistema de Gestão integrada SAP Business One, tendo iniciado a sua implantação em meados de setembro de 2017. A Companhia finalizou a primeira fase do projeto, que contemplou os módulos financeiro, contábil, fiscal e folha de pagamento, com "go live" em 1º de março de 2018. O projeto envolvendo o módulo de vendas – denominado "C4C" permaneceu em estudo e em 2021, a administração decidiu pela descontinuidade do projeto.

(iii) Contemplam gastos com desenvolvimento de software para mensuração de audiência do mobiliário urbano no município de São Paulo. O software será disponibilizado às agências e anunciantes através de plataforma web, para o planejamento e avaliação das campanhas com dados de alcance e frequência.

(iv) Corresponde ao contrato de arrendamento do imóvel sede da Companhia.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos

a) Saldos

Modalidade	Garantia	Instituição financeira	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
					2021	2020	2021	2020
Cédula de crédito bancário	Aval	Santander	3,79% a.a.	Nov/23	51.440	23.459	51.440	23.459
Cédula de crédito bancário	Aval	Santander	3,79% a.a.	Nov/23	17.147	70.426	17.147	70.426
Cédula de crédito bancário	Aval	Santander	4,59% a.a.	Jan/24	100.566	63.960	100.566	63.960
Financiamento - FINISA	Depósitos bancários e cessão de direitos creditórios	Caixa Econômica Federal	CDI + 2,5 % aa	06/2025			117.114	149.182
SWAP	Aval RuasInvest	Bradesco	4,84% aa	11/2022			-	786
Capital de Giro "CCB"	Aval RuasInvest	Banco Alfa	CDI + 3,71 % aa	12/2021			-	10.074
Capital de Giro "CCB"	Aval Ruas Invest	Banco Guanabara	CDI + 7,44% aa	08/2022			16.946	
Financiamento de Estudos e Projetos	Fiança Bancária	FINEP	TJLP + 3,3% aa	12/2023			5.453	5.436
					169.152	157.845	308.666	323.323
				Não circulante	160.811	86.488	262.269	165.559
				Custo de transação			1.249	1.492
				Circulante	8.341	71.356	45.148	156.272

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Reconciliação da dívida líquida

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	169.152	157.845	307.417	321.831
Total da dívida	169.152	157.845	307.417	321.831
Caixa e equivalentes de caixa	(44.700)	(48.682)	(49.115)	(51.534)
Total da dívida líquida	124.452	109.162	258.303	270.297

	Controladora		
	Empréstimos e financiamentos	Caixa e equivalentes de caixa	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2020	141.795	(28.561)	113.234
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Captação de novos empréstimos	23.004		23.004
Pagamento de principal	(43.420)		(43.420)
Pagamento de juros	(8.360)		(8.360)
Outros	-	(20.121)	(20.121)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Apropriação de juros	7.052		7.052
Variação cambial	37.774		37.774
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2020	157.845	(48.682)	109.162
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2021	157.845	(48.682)	109.162
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Pagamento de juros	(9.092)		(9.092)
Outros	-	3.982	3.982
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Apropriação de juros	6.896		6.896
Variação cambial	13.503		13.503
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2021	169.152	(44.700)	124.452

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	Consolidado		
	Empréstimos e financiamentos	Caixa e equivalentes de caixa	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2020	307.011	(38.262)	268.760
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Captação de novos empréstimos	38.440		38.440
Pagamento de principal	(65.934)		(65.934)
Pagamento de juros	(12.897)		(12.897)
Outros	597	(13.283)	(12.687)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Apropriação de juros	16.841		16.841
Variação cambial	37.774		37.774
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2020	321.831	(51.534)	270.297
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2021	321.831	(51.534)	270.297
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Captação de novos empréstimos	37.100		37.100
Pagamento de principal	(60.796)		(60.796)
Pagamento de juros	(23.907)		(23.907)
Outros	2.257	2.419	4.676
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa			
Apropriação de juros	17.429		17.429
Variação cambial	13.503		13.503
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2021	307.417	(49.115)	258.303

(a) A controlada Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. está sujeita as garantias (*covenants*) relacionadas abaixo:

- (1) Manter em todo o período de amortização o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - "ICSD" igual ou superior a 1,3 anualmente;
- (2) Manter depósitos bancários vinculados para fazer face ao serviço da dívida para os próximos 6 meses;
- (3) Cessão de direitos creditórios dos seus recebíveis em garantia para a instituição financeira.
- (4) Cessão fiduciária dos direitos de crédito, atuais e futuros, provenientes das contas bancárias abertas e mantidas em nome da cedente nos termos do contrato de administração de contas, incluindo a conta de pagamento e a reserva;

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada está adimplente com todos os compromissos contratuais (*covenants*) estabelecidos em seus contratos de financiamento.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Compra de Participação Societária - Serpa	3.395	3.154	3.395	3.154
Compra de Participação Societária - MJR	45.337	42.095	45.337	42.095
Compra de Participação Societária - Amarante	6.220	5.778	6.220	5.778
Outras contas a pagar	3.622	1.565	4.281	1.567
	58.574	52.591	59.233	52.594

14. Provisões e contingências

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Bonificação por volume (i)	-	-	1.688	1.412
Manutenção corretiva (ii)	-	-	1.882	2.484
Comissões e incentivos à agências	-	-	316	447
Taxa de fiscalização de anúncio - TFA	-	-	302	287
Provisão para contingências fiscais	-	-	230	828
Provisão para processos trabalhistas	-	-	325	70
Receita Diferida	-	-	60	92
Outras (iii)	-	-	1.272	2.388
	-	-	6.075	8.009

- (i) O saldo registrado na rubrica "Provisões" se refere a expectativa de mudança de faixa de atingimento referente aos acordos de pagamento de comissões por bonificação junto a determinadas agências de publicidade e propaganda, considerando que os contratos findam em 31 de março de 2022, e também sobre eventuais acordos que ainda estavam em negociação.
- (ii) De acordo com seu plano de manutenção, a Companhia faz a inspeção física do seu acervo de abrigos, painéis e totens, constituindo com base no estado de deterioração desses equipamentos, uma provisão para a manutenção periódica ou componentes avariados, essencialmente vidros.
- (iii) A Companhia possui registrado algumas provisões resultantes de eventos passados com expectativa de realização no futuro, sendo: provisões energia elétrica de abrigos – R\$ 131, provisão honorários consultorias jurídicas R\$ 317, outras operacionais – R\$ 719

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as ações e o capital social estavam distribuídas entre os acionistas conforme abaixo:

2020			
Acionistas	Quantidade de ações	Participação no capital em reais	Participação em %
AMARANTE Participações Ltda.	123.666.667	123.668	33,33%
SERPA Participações Ltda.	123.666.667	123.666	33,33%
MJR Participações Ltda.	123.666.667	123.666	33,33%
	<u>371.000.001</u>	<u>371.000</u>	<u>100,00%</u>

2021				
Acionistas	Quantidade de ações	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Participação em %
AMARANTE Participações Ltda.	143.666.667	143.668	123.668	33,33%
SERPA Participações Ltda.	143.666.667	143.666	123.666	33,33%
MJR Participações Ltda.	143.666.667	143.666	123.666	33,33%
	<u>431.000.001</u>	<u>431.000</u>	<u>371.000</u>	<u>100,00%</u>

Em julho de 2021 os acionistas aprovaram um aumento no capital social da Companhia de R\$ 60.000, mediante a emissão de 60.000.000 de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, que será totalmente integralizado pelas acionistas proporcionalmente às suas participações no capital social, em moeda corrente nacional, no prazo de 12 meses.

b) Reserva legal e de Lucros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou lucro líquido no montante de R\$ 87.702, a reserva legal foi constituída a 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

c) Distribuição dos lucros (dividendos) e Juros sobre Capital Próprio (JCP)

O Estatuto Social estabelece que os acionistas têm o direito de recebimento do dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada a constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar, transferidos para a respectiva reserva, e lucro anteriormente registrados nessa reserva que tem sido realizados no exercício.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

c) Distribuição dos lucros (dividendos) e Juros sobre Capital Próprio (JCP) --Continuação

	Controladora	
	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	103.305	(74.837)
Exclusão de ganho de mais-valia		
Lucro após absorção de prejuízos acumulados	103.305	(74.837)
Constituição da reserva legal (5%)	5.165	
Base de cálculo dos dividendos	98.140	(74.837)
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	33.000	
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	32%	0%

d) Resultado por ação

O resultado por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

	Controladora	
	2021	2020
Numerador		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	103.305	(74.837)
Denominador		
Média ponderada do número de ações no exercício	431.000	371.000
Resultado por ação		
Lucro básico e diluído por lote de mil ações	0,24	(0,20)

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita de prestação de serviços				
Comissão de Fiança	3.457	-	3.457	-
Prestação de serviço de veiculação	-	-	180.874	108.195
Prestação de representação comercial	-	-	417	-
	3.457	-	184.749	108.195
Deduções da receita bruta				
Impostos sobre serviços prestados	(493)	-	(22.314)	(13.766)
	2.964	-	162.435	94.429

17. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal de operações	-	-	(11.711)	(7.927)
Manutenção, limpeza e conservação de abrigos	-	-	(31.380)	(44.085)
Depreciação e amortização	-	-	(11.433)	(10.268)
Outorga fixa mensal	-	-	(17.020)	(15.881)
Gastos com direito de uso	-	-	(923)	(919)
Outros gastos	-	-	(4.607)	(3.019)
	-	-	(77.074)	(82.100)

18. Despesas gerais e administrativas e com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com pessoal	(717)	(502)	(13.556)	(10.015)
Despesas com vendas	-	-	(14.637)	(9.957)
Despesas com marketing	-	-	-	(334)
Despesas com depreciação	(6.756)	(6.049)	(8.828)	(7.973)
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	(3.137)	(2.745)	(3.174)	(2.745)
Despesas com aeronave	(1.904)	(2.870)	(1.904)	(2.870)
Outras despesas	(3.940)	(660)	(10.872)	(5.199)
	(16.453)	(12.826)	(52.971)	(29.532)

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outras receitas operacionais				
Dividendos e lucros recebidos	1.232	-	1.232	-
Outras receitas operacionais	21	155	21	155
	1.253	155	1.253	155
Outras despesas operacionais				
Amortização de ativo intangível	(10.064)	(10.064)	(10.064)	(10.064)
Outras despesas operacionais (i)	(637)	(6.726)	(26.790)	(7.056)
	(10.071)	(16.790)	(36.854)	(17.120)
	(9.448)	(16.635)	(35.601)	(16.965)

(i) Referente principalmente a multa proveniente da quebra de contrato junto a Kalítera Engenharia S.A, no montante de R\$ 26.010, na controlada Otima Concessionária de Mobiliário Urbano S.A.

20. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	1.275	1.124	1.444	1.124
Venda de ações				
Juros sobre mútuos (Nota 6)	6.108		6.108	
Juros sobre capital próprio de investida	247	46	247	46
Variação monetária ativa	692	51	692	51
Variação cambial ativa	22.513	27.708	22.485	27.708
Outras	3.790	755	4.334	755
	34.625	29.684	35.309	29.684
Despesas financeiras				
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(45)	(13)	(57)	(13)
Venda de ações			-	
Juros sobre empréstimos bancários	(7.368)	(7.616)	(22.026)	(7.616)
Variação monetária passiva	(2.249)	(1.762)	(2.249)	(1.762)
Variação cambial passiva	(35.846)	(64.754)	(35.846)	(64.754)
Comissões de fiança			(2)	
Outras	(337)	(1.095)	(2.758)	(1.095)
	(45.845)	(75.241)	(62.937)	(75.241)

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição dos saldos dos tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo de tributos diferidos				
Provisão para comissão de vendas	-	-	711	625
Outras provisões	-	-	1.796	2.848
Provisão para devedores duvidosos	-	-	124	161
Prejuízo fiscal	15.603	-	47.650	33.024
	-	-	-	-
Passivo de tributos diferidos				
Custo de transação de empréstimos	-	-	(355)	(507)
Ganho compra vantajosa (i)	(45.892)	(45.892)	(45.892)	45.892
Outros	-	-	(1.239)	(1.270)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo (passivo)	(45.892)	(45.892)	2.795	(11.011)
Classificação no balanço patrimonial:				
Registrado no ativo não circulante	-	-	33.084	34.881
Registrado no passivo não circulante	(30.289)	(45.892)	(30.289)	(45.892)

- (i) Em novembro de 2017, a Companhia comprou 58,7% das ações da controlada Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. Em janeiro de 2018 o valor justo de R\$ 201.283 apurado após a reavaliação do ativo foi incorporado ao intangível da Empresa, do valor justo apurado, R\$ 134.976 foi considerado como ganho com compra vantajosa gerando a necessidade de constituição de um passivo diferido de R\$ 45.892 (aplicação de alíquotas fiscais combinadas de 34%). Conforme mencionado na Nota 26, em decorrência da alienação de parte da participação societária da controlada em 2022, foi registrado imposto de renda diferido ativo limitado a 30% do imposto de renda diferido passivo, o qual deverá ser realizado mediante efetivação da referida transação de venda.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Reconciliação de alíquota

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	87.702	(74.837)	90.183	(86.435)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(29.819)	25.445	(30.662)	29.388
Equivalência patrimonial	41.432	61	41.148	4.407
Variação cambial	(1.320)	(12.596)	(1.320)	(12.596)
Dividendos recebidos	419		419	
Juros sobre capital próprio	84	16	84	16
Amortização de ágio	(3.422)	-	(3.422)	-
Outras adições e exclusões	(208)	(56)	(946)	(443)
Crédito tributário não constituído	-	(12.869)	-	(12.869)
Crédito tributário diferido reconhecido (Nota 21.a)	8.437	-	8.437	
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	15.603	-	13.738	7.903
Alíquota efetiva	15%	-	9%	12%
Divulgado como:				
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(68)	(11.695)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15.603	-	13.806	(4.215)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	15.603	-	13.738	(15.910)

c) Prejuízos fiscais a compensar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Controladora apresentou, respectivamente, prejuízos fiscais acumulados no montante de R\$ 104.469 e R\$ 90.946. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu um ativo fiscal diferido no montante de R\$ 15.603, pois espera que seja provável que no ano 2022, com a venda da controlada OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A., lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes, no mínimo junto a compensação dos tributos diferidos passivos.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A controlada OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. revisou o estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, considerando importantes mudanças no âmbito operacional, ocorridas no exercício de 2021, principalmente relacionadas à internalização dos serviços de manutenção, limpeza, conservação e troca de postagens. A Companhia continua com a expectativa de recuperar o montante do crédito tributável decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social em até 4 anos. Conforme legislação vigente não há prazo prescricional para utilização dos prejuízos fiscais, apenas estando limitado a 30% do lucro tributável no período. Com base nessa estimativa a compensação do saldo está estimada da seguinte forma:

<u>Ano de compensação</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
2021	-	1.230
2022	9.022	4.351
2023	9.364	5.423
2024	8.224	6.436
2025	6.474	8.883
2026	-	8.558
	<u>33.084</u>	<u>34.881</u>

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxas de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 (trinta) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

a) *Risco de liquidez--Continuação*

	Controladora	
	Valor contábil	Valor futuro
Empréstimos e financiamentos - circulante	8.341	-
Empréstimos e financiamentos - não circulante	160.811	172.389
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	36.985	-
Outras a pagar	58.574	-
	264.711	172.389

	Consolidado	
	Valor contábil	Valor futuro
Empréstimos e financiamentos - circulante	45.148	48.399
Empréstimos e financiamentos - não circulante	262.269	281.152
Fornecedores e contas a pagar	19.319	-
Empréstimos - partes relacionadas – circulante	11	-
Empréstimos - partes relacionadas – não circulante	30.802	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	36.985	-
Adiantamento de clientes	6.338	-
Outras a pagar	58.579	-
	459.451	329.551

b) *Risco de mercado*

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras ou econômicas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia. Inclui o risco das variações das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das *commodities*.

Em 2021, não houve exposição relevante ao risco de mercado. As exposições existentes e o mapa de descasamento de indexadores são acompanhados.

c) *Risco de moeda*

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras na contratação de instrumentos financeiros.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

d) *Risco de taxa de juros*

Análise de sensibilidade

As variações mais significativas estão atreladas às operações pós-fixadas registradas no grupo de empréstimos e aplicações financeiras e que são demonstradas através da análise de sensibilidade abaixo:

Controladora

Exposição patrimonial		Cenários						
Ativos financeiros	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2021	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - 25%	V - 50%
Banco Safra	77	Variação do CDI	0,67%	1	0	0	(0)	(0)
Banco Luso	6.455	Variação do CDI	1,61%	104	26	52	(26)	(52)
Banco Luso	30.636	Variação do CDI	1,10%	336	84	168	(84)	(168)
Banco Luso	620	Variação do CDI	0,27%	2	0	1	(0)	(1)
Banco Luso	6.042	Variação do CDI	0,69%	42	10	21	(10)	(21)
Banco Itaú	4	Variação do CDI	2,77%	0	0	0	(0)	(0)
Banco Santander	144	Variação do CDI	0,02%	0	0	0	(0)	(0)
	43.976			484	121	242	(121)	(242)

Exposição patrimonial		Cenários						
Passivo financeiros	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2021	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Banco Santander	100.566	Variação do CDI	6,21%	4.616	1.154	2.308	(1.154)	(2.308)
Banco Santander	17.147	Variação do CDI	6,21%	926	231	463	(231)	(463)
Banco Santander	51.440	Variação do CDI	6,21%	2.778	694	1.389	(694)	(1.389)
	169.152			8.320	2.080	4.160	(2.080)	(4.160)

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

d) *Risco de taxa de juros--Continuação*

Análise de sensibilidade--Continuação

Consolidado

Exposição patrimonial		Cenários						
Ativos financeiros	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2021	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Banco Safra	77	Variação do CDI	0,67%	1	0	0	(0)	(0)
Banco Luso	6.455	Variação do CDI	1,61%	104	26	52	(26)	(52)
Banco Luso	30.636	Variação do CDI	1,10%	336	84	168	(84)	(168)
Banco Luso	620	Variação do CDI	0,27%	2	0	1	(0)	(1)
Banco Luso	6.042	Variação do CDI	0,69%	42	10	21	(10)	(21)
Banco Itaú	4	Variação do CDI	2,77%	0	0	0	(0)	(0)
Banco Santander	144	Variação do CDI	0,02%	0	0	0	(0)	(0)
Outros Bancos	20	Variação do CDI	1,02%	0	0	0	(0)	(0)
	43.996			484	121	242	(121)	(242)

Exposição patrimonial		Cenários						
Passivos financeiros	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2021	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Banco Santander	100.566	Variação do CDI	4,59%	4.616	1.154	2.308	(1.154)	(2.308)
Banco Santander	51.440	Variação do CDI	5,40%	2.778	694	1.389	(694)	(1.389)
Banco Santander	17.147	Variação do CDI	5,40%	926	231	463	(231)	(463)
Outros	117.114	Variação do CDI	6,21%	7.273	1.818	3.636	(1.818)	(3.636)
	286.266			15.592	3.898	7.796	(3.898)	(7.796)

Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

d) *Risco de taxa de juros--Continuação*

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	6.302	12.794	22.097	19.557
Aplicações financeiras	43.976	48.517	43.996	48.687
	50.279	61.311	66.093	68.244
Ativos financeiros pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	723	165	5.118	2.850
Contas a receber de clientes	5.749	2.292	46.559	27.141
Empréstimos - partes relacionadas	30.941	9.437	-	8.035
Dividendos a receber	37.870	2.620	37.870	2.620
Outras contas a receber	79.232	114.331	80.192	115.674
	154.515	128.845	169.740	156.320
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	169.152	157.845	307.417	321.831
Fornecedores e contas a pagar			19.319	18.264
Empréstimos - partes relacionadas	19.993	19.993	30.802	21.851
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	36.985	10.788	36.985	10.788
Outras contas a pagar	58.574	52.591	58.579	52.591
	284.705	241.217	453.101	425.324

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Títulos e valores mobiliários

Instituição (a)	Ação	Data da compra	Valor de custo	Controladora	
				Valor justo em 2021	Valor justo em 2020
Bradesco	CCR03	27/10/2009	1.459		2.338
Bradesco	VALE5	27/10/2009	1.985		4.006
Bradesco	PETR4	27/10/2009	6.774	5.634	5.600
Bradesco	BVMF3	30/11/2007	1		
Bradesco	CSNA3	17/12/2009	650	669	850
Bradesco	PETR4	17/12/2009	1.341	-	-
Bradesco	POMO4	17/12/2009	71		
			12.281	6.302	12.794

Instituição (a)	Ação	Data da compra	Valor de custo	Consolidado	
				Valor justo em 2021	Valor justo em 2020
Bradesco	CCR03	27/10/2009	1.459		2.338
Bradesco	VALE5	27/10/2009	1.985		4.006
Bradesco	PETR4	27/10/2009	6.774	5.634	5.600
Bradesco	BVMF3	30/11/2007	1		
Bradesco	CSNA3	17/12/2009	650	669	850
Bradesco	PETR4	17/12/2009	1.341	-	-
Bradesco	POMO4	17/12/2009	71		
Outros (a) (b)		30/06/2019		15.795	6.763
			12.281	22.097	19.557

- (a) Em 31 de dezembro de 2019, a OTIMA - Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. manteve aplicação financeira no montante de R\$7.164 para fazer face à obrigação de constituição do valor alvo da conta reserva (covenant), o qual estabelece que deverá fazer a retenção em bases mensais correspondente a 1/6 do valor da prestação semestral do contrato de financiamento (Nota 12). As aplicações são do tipo CDB com remuneração entre 98% a 98,5% do CDI.
- (b) Os títulos e valores mobiliários vinculados no valor de R\$ 15.795 (R\$ 6.763 em 31 de dezembro de 2020) correspondem à conta reserva em garantia ao contrato de financiamento FINISA (Nota 13), e possuem remuneração de 98,2% do CDI. O saldo da conta reserva tem seu valor equivalente a 6 (seis) parcelas mensais de juros e amortização. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia está adimplente em relação ao saldo mantido em conta reserva.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Seguros

A controlada Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. contratou seguros para os riscos de sua operação em montante considerado suficiente pela administração, conforme demonstrado a seguir:

<u>Modalidade/ Natureza</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Vigência até</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro Responsabilidade Civil	AIG Seguros	Fevereiro/2022	5.000.000
Seguro Responsabilidade Civil	Berkley Internacional	Setembro/2022	20.000.000
Seguro Veículo – Frota Veículos	HDI Seguros S.A.	Setembro/2022	100% da tabela FIPE
Seguro Veículo – Frota Motos	Suhai Seguradora S.A.	Novembro/2022	85% da tabela FIPE
Seguro Empresarial – Riscos Diversos – Painéis Digitais	PORTO Seguro	Setembro/2022	1.826.123
Seguro Empresarial – Riscos Diversos – Painéis Digitais	PORTO Seguro	Dezembro/2021	3.125.000
Seguro Empresarial - Patrimonial	SOMPO Seguros	Novembro/2022	4.000.000
Seguro Garantia de Performance – Contrato Concessão	Potencial Seguradora S.A.	Dezembro/2021	18.394.528
Seguro Garantia	American Life Seguros	Setembro/2024	2.115.604

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria e consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Compromissos vinculados à concessão

Compromissos vinculados a concessão assumidos pela controlada Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.

a) Outorga fixa

Por ocasião da assinatura do contrato de Concessão, a controlada assumiu a obrigação de remuneração fixa mensal ao Poder Concedente em parcelas iguais e sucessivas até dezembro de 2037, tais parcelas são atualizadas pela variação acumulada do “IPC - FIPE” (Índice de Preço ao Consumidor) em dezembro de cada ano.

Em 31 de dezembro, o valor presente desses compromissos assumidos é demonstrado da seguinte forma:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2022	5.497	3.529
2023	5.497	3.282
2024 a 2037	76.956	27.454
	<u>87.950</u>	<u>34.265</u>

O fluxo dos compromissos foi calculado levando em consideração projeção do IPC - FIPE para os valores fixos previstos e descontados à taxa de 10% a.a.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Compromissos vinculados à concessão--Continuação

a) Outorga fixa--Continuação

Os desembolsos previstos representam a remuneração ao poder concedente pelo direito de exploração publicitária no mobiliário urbano e são reconhecidos como despesa no resultado do exercício mensalmente de acordo com o regime de competência.

b) Remuneração taxa de serviços e fiscalização - SP Obras

A controlada pagará o valor mensal de R\$69 (reais), que atualmente correspondem a R\$118,06 (reais), por novo abrigo instalado, mesmo não havendo qualquer receita de exploração publicitária, o valor total dessa remuneração ao longo do contrato de concessão corresponderá a R\$138.914 (valor nominal).

Os registros dos valores devidos pela fiscalização e serviços da “SP Obras” são reconhecidos mensalmente no resultado do exercício de acordo com a competência dos serviços recebidos.

c) Investimentos para construção e instalação de abrigos, totens e estações de embarque

O montante previsto para investimento na construção e instalação de abrigos, totens e estações de embarques, objeto do contrato de Concessão foi de R\$261.697.

O fluxo desse investimento relaciona-se a previsão de instalação e substituição desses mobiliários, e poderá ser ainda impactado por oscilações dos preços na compra dos materiais e serviços necessários a execução.

Até 31 de dezembro de 2021 a controlada instalou 6.831 abrigos em pontos de paradas de ônibus (6.752 em 2020), 13.286 totens indicativos de parada de ônibus (13.024 em 2020) e 43 estações (“Corbucci”) localizadas nos corredores de ônibus na cidade de São Paulo, em cumprimento ao cronograma de instalação dos equipamentos, conforme estabelecido nos termos do Contrato de Concessão.

Não há obrigação correspondente a obras a executar a ser reconhecida.

RuasInvest Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Eventos subsequentes

Venda de controle acionário em controlada

As tratativas para a venda de 74,65% de participação dos acionistas da Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. para a Publibanca S.A., subsidiária integral da Eletromídia S.A. transcorreram durante o exercício de 2021, em 04 de março de 2022 a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, e após aprovação do agente financiador Caixa Econômica Federal, foi formalmente finalizada em 01 de abril de 2022. Após a conclusão os acionistas Rádio Bandeirantes e Kalítera Engenharia deixaram o quadro societário e a RuasInvest permaneceu com 25,35% de participação.

Revisão Ordinária do contrato de concessão de controlada

Em 7 de abril de 2021, a controlada Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A., recebeu notificação do Poder Concedente sobre a conclusão da primeira revisão ordinária quinquenal prevista no Contrato de Concessão, e após finalizar a análise dos apontamentos contidos no conteúdo anexo à notificação, em 11 de novembro de 2021 encaminhou a resposta ao Poder Concedente, a qual contemplou a revisão dos eventos de desequilíbrio, valores envolvidos e sugestão de mecanismo a ser adotado para reequilibrar o contrato.

Para um evento de desequilíbrio econômico-financeiro favorável ou desfavorável, a controlada possui os seguintes mecanismos para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro contratual:

- Alteração no valor da outorga de forma prospectiva devida pela companhia;
- Alteração no prazo da Concessão limitado a um acréscimo de até 5 (cinco) anos; e
- Modificação proporcional de obrigações contratuais assumidas por cada uma das partes, diretamente relacionada ao evento de desequilíbrio econômico-financeiro.

Estudos realizados por consultores financeiros contratados pela controlada estimaram o valor do desequilíbrio econômico-financeiro a favor do Poder Concedente em R\$ 46.576 na data base maio de 2021. A Companhia e seus assessores jurídicos estudam junto ao Poder Concedente, como forma de abatimento do montante do desequilíbrio, incorporar no presente contrato de Concessão o quantitativo de 1.891 abrigos de ônibus, os quais deverão. A revisão permanece em andamento até a data de emissão dessas demonstrações financeiras.

* * *